

O CONSELHO ESCOLAR E A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA¹

Pamela Roberta Ferreira

dudika_1406@hotmail.com

UFMS

Solange Jarcem Fernandes

solangejarcem@yahoo.com.br

UFMS

Resumo

Este texto objetiva analisar a atuação do Conselho Escolar em relação às questões pedagógicas colocadas em pauta e deliberadas pelo colegiado de uma escola da Rede Municipal de Ensino de Campo Grande/MS. É uma pesquisa de cunho bibliográfico e documental, no entretempo de 2010 a 2017. Foram analisadas cinquenta e quatro Atas de reuniões do Conselho Escolar e o Projeto Político Pedagógico da escola. A partir das Atas foi possível inferir a preocupação do colegiado desta escola com relação à função pedagógica devido ao quantitativo significativo de pautas pedagógicas tratadas nas reuniões, indo além de assuntos informativos, de prestação de contas ou de cunho administrativo.

Palavras-chave: Gestão Democrática; Conselhos Escolares; Conselheiros Escolares.

Introdução

Este trabalho se insere nos estudos sobre gestão escolar e os processos de democratização das escolas públicas. A democratização como princípio estabelecido em lei se configura como prática indispensável nas instituições de ensino. Neste contexto os Conselhos Escolares representam uma das instâncias de democratização das escolas, sendo composto por integrantes da comunidade escolar como servidores administrativos, professores, pais de alunos, alunos e dos gestores/diretores da escola.

A partir da Constituição Federal de 1988, os Conselhos se configuraram mais amplamente com a participação da sociedade civil, se constituindo em um importante canal de representação nas diferentes instituições governamentais. Esse fato contribuiu para tornar mais democrática a gestão pública, pois assegurou a sociedade participar e se fazer representar em instâncias colegiadas. Os Conselhos representam dessa forma, um novo canal de participação

¹ Este trabalho é integrante de Projeto de Pesquisa desenvolvido na UFMS pelo Núcleo de Aprofundamento em Gestão Escolar (NAGE).

que se difere da participação por meio do processo eleitoral para os cargos do executivo e do legislativo.

A democratização da gestão pública passa necessariamente pela efetivação dos Conselhos como espaço privilegiado de deliberação entre o governo e a sociedade, e no âmbito educacional temos vários tipos de Conselhos com funções normativas, deliberativas, fiscalizadoras e mobilizadoras. No *locus* da escola o Conselho Escolar se configura em um importante meio de participação da comunidade escolar. Devido a sua importância faz-se necessário compreender como ocorre a sua contribuição e a sua abrangência no sentido de averiguar como se dá o acompanhamento em relação às questões pedagógicas e como ele participa na melhoria da qualidade da educação e as relações estabelecidas entre as pautas pedagógicas deliberadas pelo Conselho Escolar e o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola.

Sabe-se que a gestão democrática ainda se configura incipiente nas escolas e nos sistemas de ensino. Diante desse processo de democratização da educação pública, esse texto objetiva analisar a atuação do Conselho Escolar em relação às questões pedagógicas colocadas em pauta e deliberadas pelo colegiado de uma escola da Rede Municipal de Ensino (REME) de Campo Grande/MS. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental na qual foram analisadas as Atas de Reuniões do Conselho e o PPP da escola.

A escolha dos documentos Ata e PPP se justificam pelo fato de que nas Atas estão registradas toda a vida administrativa do Conselho, desde os primeiros movimentos da sua constituição até as pautas mais recentes o que permite acompanhar a sua trajetória como instância no âmbito escolar. E o PPP é o documento que se constitui em referência para a ação educativa, ele traça e delinea os rumos necessários para a escola. (VEIGA, 2002),

A Rede Municipal teve os Conselhos Escolares implantados em suas escolas em 2009, com implementação a partir de 2010. O período de análise foi de 2010 a 2017, o que permitiu acompanhar as Atas de Reuniões de quatro colegiados perfazendo 54 Atas nesse entretanto. A questão norteadora do estudo foi: Como os Conselhos Escolares, como órgão colegiado atuando em conjunto com a gestão, tem tratado os assuntos relacionados ao pedagógico uma vez que tradicionalmente esta é uma área exclusiva dos professores e equipe técnica?

O texto está dividido em duas partes. A primeira parte tratou dos Conselhos Escolares, gestão democrática, gestão participativa e a função pedagógica. Na segunda parte traz as primeiras avaliações da pesquisa que ainda está em curso.

Conselhos Escolares e a Gestão Democrática

Com a mudança do regime político no país, a gestão democrática da educação pública foi instituída como um princípio da educação nacional. Com o princípio constitucional abriu-se caminho para a democratização dos sistemas de ensino e das escolas públicas, pois ao constar na legislação, o próximo passo seria a sua efetivação.

Para Araújo (2009), a gestão democrática foi uma forma de combater o autoritarismo vigente nas relações sociais e políticas da década de 1980. Os profissionais da educação ao se unirem sob a bandeira da luta pela redemocratização da sociedade envolveu de maneira expressiva as escolas, na qual a figura do diretor era antes absoluta e não havia espaço para a participação da comunidade.

No bojo da democratização, e tendo os Conselhos como um dos mecanismos propícios para a sua efetivação no ambiente escolar, o conceito de democracia participativa ganha força. A democracia participativa traz como pressuposto, que o povo deve ter acesso direto aos governantes eleitos, e garante a intervenção popular direta nos processos decisórios. Seria por meio da democracia participativa, que a sociedade civil garantiria presença nas diversas instâncias do poder público. Em especial na educação, esta participação se daria desde o Conselho Nacional de Educação até a instância escolar por meio dos Conselhos Escolares (BRASIL, 2004b) para realizar o que seria considerado uma educação mais inclusiva e plural no país.

O Conselho Escolar, como instância de representação múltipla, está estabelecido na LDB (artigo 14, inciso II) e tem suas funções previstas nas metas do Plano Nacional de Educação (PNE), sua implantação, porém, possui caráter facultativo, assim como os Conselhos Municipais. Apesar de possuir caráter facultativo, ele é elemento importante no processo de democratização da gestão. No Município de Campo Grande, ao menos na norma instituída, o Conselho, atua como co-gestor, ao lado do diretor da escola municipal. (CAMPO GRANDE, 2009).

O artigo 14 da LDB ao delegar aos sistemas de ensino as suas normas para gestão democrática, normatiza a necessidade da participação da comunidade escolar e local em conselhos ou equivalentes e a participação dos profissionais da educação na elaboração do PPP da escola. E apesar de ser uma regulamentação genérica, pois não explicita a necessidade dos Conselhos na elaboração do Projeto Pedagógico, os conceitos de democracia nos apontam para as distintas formas de participação, que ao nosso entender garante não só aos profissionais,

como também aos representantes da comunidade a participação na elaboração, avaliação e revisão desse documento norteador da escola.

É por meio do PPP que a escola pública vai determinar sua identidade e os seus rumos, em relação aos sujeitos e a sociedade. É nele que se projeta onde se pretende chegar e o fim para o qual todas as ações convergirão. (AZANHA, 1993).

Paulo Freire (2001) em 1959 já apontava, muito antes da normatização do PPP, a impossibilidade de tratar a escola como ambiente isolado da sociedade. O educador também ressalta em sua obra o problema da padronização do ensino frente às necessidades e contextos particulares de cada comunidade. Para ele, o planejamento tem que levar em consideração a cultura da sociedade onde a escola se insere e a troca de conhecimentos entre educador e educando.

Gadotti (2005) afirma que o planejamento da escola deixou de ser apenas sobre os meios e é necessário discutir a função da escola na sociedade para se alcançar um fim universal. E, a partir do momento que se define a escola como importante *locus* de formação do indivíduo é que se tem um norte para a elaboração do PPP em cada unidade escolar.

O PPP neste sentido é o ato de prever ou projetar o futuro da escola no aspecto político e pedagógico. As práticas não são neutras e a gestão democrática da escola ultrapassa os aspectos administrativos, financeiros e pedagógico da gestão escolar e se transforma em ato político no momento em que a participação e formação do indivíduo para a cidadania passam a fazer parte do planejamento. (VEIGA, 2002).

O projeto político pedagógico é entendido, [...], como a própria organização do trabalho pedagógico da escola. A construção do projeto político pedagógico parte dos princípios de igualdade, qualidade, liberdade, gestão democrática e valorização do magistério. A escola é concebida como espaço social marcado pela manifestação de práticas contraditórias, que apontam para a luta e/ou acomodação de todos os envolvidos na organização do trabalho pedagógico. (VEIGA, 2002, p. 5).

Desta forma, Veiga sintetiza a definição de PPP como um esforço de planejamento e organização que deve manter princípios sólidos para funcionar, e ressalta que a escola será um retrato da atuação de todos os envolvidos em sua organização.

O Conselho Escolar e a Função Pedagógica

O objetivo fim da escola é o aluno aprendendo os conteúdos socialmente relevantes para a sua constituição social e individual. A escola exerce sua função social “[...] na medida

em que ela torna possível a concretização dos fins especificamente educacionais da escola, ou seja, a oferta de um melhor ensino para maiores parcelas da população” (PARO, 2010, p.240). E, para a escola atingir seus fins, ela não pode prescindir do trabalho conjunto e coletivo que deve envolver todas as suas instâncias de participação.

Neste sentido a dimensão pedagógica é a parte principal do processo de escolarização, por isso é importante verificar como os mecanismos de gestão democrática como o Conselho Escolar tem tratado os assuntos referentes ao pedagógico uma vez que tradicionalmente este é o campo exclusivo do professor e da equipe técnica da escola.

O processo educativo é amplo, ele envolve as condições de infraestrutura, o processo de gestão, o corpo docente e não docente e o contexto social da escola. (BRASIL, 2013). Nesse processo o Conselho Escolar,

[...] pode auxiliar a escola na efetivação de seu compromisso em desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes, que são indispensáveis para a formação dos cidadãos. [...] dessa forma, todo o processo educativo passa a ser relevante para a efetivação da aprendizagem. E esta aprendizagem passa a ser o resultado do esforço realizado por todos os segmentos da escola. (BRASIL,2013, p. 8).

Ainda, o Conselho Escolar é um espaço de aprendizado e de empoderamento de todos os participantes, nele não há o que sabe mais pois é o coletivo que estará analisando, apreciando e propondo ações de interesse da escola e do objetivo fim da escola que é o processo de aprendizagem.

A Pesquisa

O Conselho Escolar, segundo a normativa da SEMED por meio do Decreto n 10.900/2009 é composto por 13 membros: dois representantes da equipe técnico-pedagógica (um supervisor e um orientador educacional); dois representantes do corpo docente; dois representantes administrativos; três representantes de pais ou responsáveis legais de alunos; três alunos maiores de 14 anos e o Diretor Escolar considerado membro nato.(CAMPO GRANDE, 2009). A escola a analisada segue a normativa municipal e tem realizado capacitações para os novos conselheiros quando eles assumem os mandatos pela primeira vez.

Para compreender a dimensão pedagógica da escola foi analisado o PPP para verificar como é a organização do trabalho pedagógico. O documento traça um perfil geral da escola e da sua função social. Com base no perfil são apresentados oito objetivos, cada um com ações,

metas e estratégias para serem atingidos. A a escola apresenta também um perfil mais detalhado do corpo docente e discente, da Associação de Pais e Mestres (APM), e dos Conselhos.

Seus pressupostos teóricos e metodológicos se referem à função do educador; a concepção pedagógica, a proposta de alfabetização e o pressuposto filosófico relacionado ao homem que a escola pretende formar. (CAMPO GRANDE, 2017). Com relação a concepção pedagógica, a escola optou por uma linha de trabalho “[...] buscando seguir os princípios construtivistas na tendência sócio interacionista” (CAMPO GRANDE, 2017, s/p). Segundo o documento, a proposta é formar seres humanos capazes de transformar informações, com os alunos não sendo meros acumuladores de dados, e a instituição conta para isso, com o professor mediador entre o conhecimento e o aluno. É dado ênfase na construção do conhecimento com base na interação do ser humano com o ambiente e na função da educação preparar o ser humano para exercer a cidadania e ser capaz de contribuir positivamente com a sociedade. (CAMPO GRANDE, 2017).

A proposta de alfabetização da escola segue o mesmo princípio de sua concepção pedagógica: o da importância do indivíduo na construção de seu conhecimento. Desta forma, é ressaltada a necessidade de interação dos alunos com o ambiente, alunos e professores. Outro aspecto é a preocupação em não limitar a alfabetização ao mero ato de codificar e decodificar, ela visa inserir o aluno no mundo da leitura e tudo o que este ato pode proporcionar.

Com relação ao processo de avaliação e do desenvolvimento da aprendizagem, na etapa de alfabetização, o PPP traz como compromisso acompanhar o desenvolvimento do aluno, por meio de portfólio anual e individual. Em relação aos outros anos, o documento apresenta uma concepção de avaliação na qual se leva em consideração a diferença do ritmo de aprendizado de cada indivíduo, a avaliação não deve ter um fim em si mesma, mas deve ser um processo que serve como indicador do quanto o aluno aprendeu. (CAMPO GRANDE, 2017).

Ainda, os instrumentos de avaliação devem ter linguagem clara, contextualização, conteúdo significativo, coerência e deve explorar a capacidade de leitura e o raciocínio. O documento traz nove instrumentos de avaliação para acompanhar o desenvolvimento de seus alunos: provas escritas objetivas e operatória (dissertativo-argumentativa); trabalho em grupo; auto avaliação; dinâmica de grupos; debate; trabalho com projetos; portfólio; tarefas para casa e laboratórios. Cada instrumento possui critérios pré-definidos. Como documentos oficiais de comprovação do processo de avaliação são utilizadas planilhas de notas, diários de classe e canhotos.

No processo de recuperação da aprendizagem o PPP determina o vigente na LDB no artigo 24, inciso V, letra e: “[...] obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos”. A única menção à reprovação se refere ao acompanhamento e sua atualização anual.

Observou-se na análise das Atas que o Conselho Escolar trabalha em consonância com a Associação de Pais e Mestres (APM) da escola, com a realização de algumas reuniões em conjunto, com pautas de ordem administrativas e pedagógica como demonstrado em 30 das 54 Atas analisadas.

Na análise das Atas², verificou-se que em 2009 foi formada a comissão eleitoral e que definiu as regras para formação das chapas para compor o Conselho Escolar e foi feito trabalho de conscientização no qual foi explicado a importância do colegiado e realizado estudo do Decreto 10.900/2009, que trata da regulamentação dos Conselhos Escolares no âmbito da REME e aconteceu a posse dos primeiros conselheiros. O Conselho Escolar reuniu-se 15 vezes no biênio de 2010 a 2011, 9 vezes no biênio 2012/2013, 10 vezes no biênio 2014/2015 e 11 vezes no biênio de 2016 a 2017, isso demonstra que é um Conselho atuante indo além do previsto na regulamentação do decreto que determina reuniões periódicas.³

O Quadro 1 apresenta as pautas relacionadas ao pedagógicas tratadas nas reuniões do Conselho e como elas foram discutidas nos biênios.

Quadro 1. Campo Grande: Atas de Reunião do Conselho Escolar: pautas pedagógicas(2010 a 2017)

| Pautas | Biênios | | | |
|--|-----------|-----------|-----------|-----------|
| | 2010/2011 | 2012/2013 | 2014/2015 | 2016/2017 |
| Regimento Escolar: Avaliação da Aprendizagem e o uso do uniforme | x | | | |
| Estudo do Regimento Escolar | x | x | | |
| Resultados dos bimestres/notas | x | x | x | |
| Formação do segmento alunos | x | | | |
| Propostas para melhorar a qualidade do ensino | x | | x | |
| Formação de jovens consultores | x | | | |
| Criação do Mural de informação | x | | | |
| Incentivo à leitura | x | | | |
| Recreio lúdico | x | | | |

² Atas do Conselho Escolar n. 01,02,03,04,05,06,07,08,09, do ano de 2009.

³ Em levantamentos de pesquisa efetuados pelo Grupo de Pesquisa/NAGE/UFMS verificou-se que o termo periódico por ser amplo pode significar uma reunião mensal, semestral ou até mesmo uma reunião anual no caso dos Conselhos menos atuantes. (BRASIL/UFMS, 2017).

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Semana da Família | x | | | |
| Formação dos Conselheiros | x | x | x | X |
| Estudo do Regimento do Conselho Escolar | | x | | X |
| Educação Especial | x | | | |
| Atribuições do professor auxiliar | x | | | |
| Desempenho escolar/recuperação | x | | x | |
| Calendário de reposição das aulas/greve | | | x | |
| Mostras culturais: arte e cultura | | | x | |
| Controle de faltas elevados/procedimentos | | | | X |
| Reunião com as famílias | | | | X |
| Estudo do PPP | x | | | |
| Bullying na escola | x | | | |

Fonte: Atas de reunião do Conselho Escolar: Anos 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017. Elaborado pela autora

Nas análises realizadas, observou-se que: no biênio 2010/2011, o Conselho foi bem atuante, pois em todas as atas analisadas sempre teve referências as questões pedagógicas. Os assuntos tratados foram variados conforme observado no quadro acima. Ressalta-se a importância do estudo do Regimento Escolar, sobre as médias bimestrais e anuais. Sobre o tema recuperação foram discutidas estratégias para melhorar o aprendizado, ressaltando a questão dos alunos que não estudam para a prova. Também foi esclarecido aos pais, alunos e professores a importância do recreio lúdico para o processo formativo do aluno.

Quanto ao uso do uniforme foi ressaltado, sua importância e a dificuldade de se fazer cumprir a norma tanto com relação a conscientização de alunos quanto de pais e responsáveis. E, ainda, foi enfatizada a questão da importância de divulgar e trabalhar o Regimento Escolar com os alunos para que eles conheçam as normas e regras da escola.

Em relação a proposta apresentada sobre a “Semana da Família na Escola” e foi definido que os pais seriam convidados a participar de uma aula especial na qual passariam uma hora na sala de aula com seus filhos e outra na quadra com atividades físicas e jogos envolvendo pais, alunos e professores. Sobre a formação realizada com jovens consultores, uma aluna do 7º ano, líder de sala, relatou sua experiência junto a turma que realizou a leitura do Regimento Escolar, e como isso os ajudou a compreender o porquê de algumas regras contidas no documento. Sobre o tema Bullying também foi pontuada a necessidade de organizar eventos e seminários para tratar do tema.

Quanto as notas bimestrais foram ressaltadas a importância de diminuir o número de reprovações e foi comentado pelos membros do Conselho o grande desafio da família e da escola para incentivar os alunos a estudar e fazê-los perceber a relação entre os conteúdos e a

prática diária. Foram tratados também as atribuições, responsabilidades e formas de avaliação da direção escolar e direção adjunta; sobre Educação Especial, acessibilidade e inclusão, e atribuições da professora auxiliar.

No biênio 2012/2013 o Conselho escolar elegeu para suas reuniões o estudo do Regimento Interno do Conselho Escolar e a para a formação dos Conselheiros no ano de 2012. Foram apresentadas as notas dos bimestres e comparadas com as do ano anterior e foi questionada a direção sobre o decréscimo das notas. Esse decréscimo foi justificado pela direção pelo motivo de que houve várias trocas de professores.

Em relação ao biênio 2014/2015, observou-se reuniões exclusiva para tratar do desempenho escolar já no primeiro bimestre, ou seja, a necessidade de direcionar a aprendizagem dos alunos, traduzidas também em notas. O presidente do Conselho esclareceu que o trabalho a ser realizado por meio do acompanhamento pedagógico deveria a melhora da qualidade da escola. Nesse biênio, principalmente no ano de 2015, a análise mostrou que foi um ano rico em atividades culturais.

No último biênio analisado, 2016/2017 o Conselho discutiu sobre a formação de novos integrantes para a composição do Conselho, estudo do Regimento Escolar e Regimento do Conselho. Ainda, a preocupação com o rendimento dos alunos nos bimestres e a necessidade de chamar as famílias pois no ano de 2017 aumentou o número de faltas.

Considerando a parte pedagógica do PPP da escola, e levando em consideração a limitação do instrumento Ata de Reuniões, o Conselho Escolar se mostrou alinhado com os objetivos do PPP, que no seu conjunto busca a qualidade da educação e os resultados expressos em notas bimestrais e anuais. Foram levantados temas como notas bimestrais e anuais, recuperação paralela, índice de reprovação, avaliação externa, métodos de ensino e motivação dos alunos. Os temas transversais como o *Bullying* e também a indisciplina foram tratados pelo Conselho

Considerações finais

A partir das Atas é possível inferir a preocupação dos conselheiros dessa escola com relação à questão pedagógica devido ao grande quantitativo de pautas pedagógicas levantadas nas reuniões, indo além de assuntos informativos, de prestação de contas ou de cunho administrativo. Ainda, na análise das primeiras Atas é possível inferir a preocupação dos conselheiros com o conhecimento do Regimento Escolar e do Decreto 10.900/2009,

preocupação que denota o interesse do Conselho em compreender as normas e limitações que irão orientar suas decisões.

Foi possível observar que a partir do biênio 2013-2014, as reuniões se tornaram mais sucintas e trouxe outros temas que não envolviam o pedagógico. A preocupação com os temas pedagógicos foi cedendo lugar às atividades administrativas, o que nos leva a inferir duas hipóteses, a de que o pedagógico já havia sido suficientemente contemplado em biênios anteriores com várias questões resolvidas. Ou a segunda hipótese, de que somente a análise das Atas foi insuficiente para permitir uma abrangência maior da questão pesquisada.

Futuramente a pesquisa será aprofundada com outros instrumentos para que se obtenha maior abrangência nos resultados, utilizando questionários e entrevistas com os Conselheiros e corpo gestor e avaliando o efeito da ação do Conselho no desempenho avaliativo da escola através de dados como média de notas bimestrais, índice de reprovação e evasão e os resultados nas avaliações sistêmicas.

Referências

ARAÚJO, Adilson Cesar de. A gestão democrática e os canais de participação dos estudantes. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 253-266, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view>> Acesso em 12 de dezembro de 2017.

AZANHA, José Mário. Política e Planos de Educação no Brasil: alguns pontos para reflexão. **Cadernos de Pesquisa**, n.85. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1993, p. 70-78.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Gráfica do Senado, 1988.

_____. Presidência da República. **Lei n. 9.394**, de 20 dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03> Acesso em: 30 de novembro de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Escolar e a aprendizagem na escola. In: **Programa nacional de fortalecimento dos conselhos escolares**. Brasília: 2004. (Caderno 2).

_____. Ministério da Educação. Conselhos Escolares: Democratização da escola e construção da cidadania. In: **Programa nacional de fortalecimento dos conselhos escolares**. Brasília: 2004b. Caderno 1.

_____. Ministério da Educação. **Conselho Escolar na democratização da escola**. Brasília: [2013?]. Módulo 1.

CAMPO GRANDE. SEMED. **II Conselho Escolar: Função e Organização**. Campo Grande, [2009?]

_____. PMCG. Decreto 10.900 de 13 de julho de 2009 dispõe sobre a implantação dos Conselhos Escolares nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Campo Grande e dá outras providências. **Diogrande**. Campo Grande: 2009, p.1-2.

_____. **Projeto Político Pedagógico**. Campo Grande, 2017 (mimeo)

FREIRE, Paulo. **Educação e Atualidade Brasileira**. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto alegre: Artes Médicas, 2000.

PARO, Vitor Henrique. **Administração Escolar: introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2010.

VEIGA, Ilma Passos de Alencastro. **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível**. 10 ed. Campinas: SP:Papirus, 2002.